

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Acionistas: Conforme disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis, incluindo Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO							
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014							
<i>(Em milhares de reais)</i>							
Ativos	Nota	2015	2014	Passivos	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.667	9.729	Empréstimos e financiamentos	12	7.009	1.292
Investimentos financeiros	5	446	382	Fornecedores	13	4.053	3.823
Contas a receber de clientes	6	34.856	29.056	Concessionária de tratamento de esgoto	14	8.425	5.276
Estoques	7	9.647	9.128	Cauções de fornecedores		446	382
Impostos e contribuições a recuperar	8	2.363	983	Obrigações fiscais	15	1.147	2.240
Outras contas a receber		639	584	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16	6.923	5.858
Despesas diferidas		138	58	Adiantamento de clientes projeto CERJU	17	231	243
				Outras obrigações	18	2.737	2.373
Total do ativo circulante		49.756	49.920	Total do passivo circulante		30.971	21.487
Contas a receber de clientes	6	1.194	1.735	Empréstimos e financiamentos	12	9.516	9.010
Impostos e contribuições a recuperar	8	42	489	Adiantamento de clientes projeto CERJU	17	6.500	6.500
Ativo fiscal diferido	9	5.412	1.980	Crédito vinculado - Parque dos Ingás	19	1.147	1.147
Depósitos judiciais	21	3.563	2.513	Recursos de terceiros para investimentos	20	1.406	1.934
Outras contas a receber		242	219	Provisões para processos judiciais	21	6.854	6.791
				Contas a pagar a partes relacionadas	22	2.814	618
Total realizável a longo prazo		10.453	6.936	Total do passivo não circulante		28.237	26.000
Investimentos	10	3.305	3.305	Capital social	23	207.715	207.715
Imobilizado e intangíveis	11	243.952	237.609	Reservas de lucros	23	40.543	42.568
		247.257	240.914	Total do patrimônio líquido		248.258	250.283
Total do ativo não circulante		257.710	247.850	Total do passivo		59.208	47.487
Total dos ativos		307.466	297.770	Total dos passivos e do patrimônio líquido		307.466	297.770
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO			
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	24	178.204	183.018
Custo dos serviços prestados	25	(142.440)	(128.991)
Lucro operacional bruto		35.764	54.027
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	26	(43.438)	(53.257)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	1.489	7.322
		(41.949)	(45.935)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(6.185)	8.092
Resultado financeiro, líquido	28	729	2.495
Resultado antes dos impostos		(5.456)	10.587
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	–	(3.953)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9	3.431	291
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.025)	6.925
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 <i>(Em milhares de reais)</i>		
	2015	2014
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.025)	6.925
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(2.025)	6.925
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO		
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 <i>(Em milhares de reais)</i>		
	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.025)	6.925
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	(3.431)	(291)
Depreciação e amortização	7.911	10.730
Custo residual de ativo imobilizado baixado	3.927	1.231
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimo	1.345	94
Provisões e reversões	(1.318)	3.123
	6.409	21.812

Variação em ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.943)	(1.845)
Outros recebíveis	(77)	(227)
Estoques	(519)	1.754
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.065	1.491
Fornecedores	230	1.586
Obrigações fiscais	(1.174)	4.008
Outros ativos e passivos	3.314	(232)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(3.009)
	(1.104)	3.526

Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	5.305	25.338
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(18.181)	(25.205)
Variação de investimentos, poupanças e cauções	(64)	(95)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(18.245)	(25.300)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	8.820	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.596)	–
Pagamento de juros e variações monetárias	(1.346)	(984)
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	4.878	(984)
Caixa aplicado no exercício	(8.062)	(946)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.729	10.675
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.667	9.729
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que refilita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais. **Passivos circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO						
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 <i>(Em milhares de reais)</i>						
	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	207.715	1.568	34.075	35.643	–	243.358
						–
Constituição de reserva legal	–	346	–	346	(346)	–
Lucro líquido no exercício	–	–	–	–	6.925	6.925
Transferência para reserva de lucro	–	–	6.579	6.579	(6.579)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	207.715	1.914	40.654	42.568	–	250.283
Prejuízo líquido no exercício	–	–	–	–	(2.025)	(2.025)
Compensação do prejuízo com reserva de lucro	–	–	(2.025)	(2.025)	2.025	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	207.715	1.914	38.629	40.543	–	248.258
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

ATIVIDADES OPERACIONAIS: A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município de Jundiáí. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiáí;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiáí;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiáí;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As operações da Companhia e seus resultados em 2015 foram afetadas pela crise hídrica que ocorre no Estado de São Paulo. Os principais impactos foram:

- Redução do faturamento com base nas campanhas de conscientização da população para redução do consumo de água. Os estudos da Companhia apontam redução do consumo medido de água no ano de 2015 em aproximadamente 8% comparado ao ano de 2014;
- Aumento em alguns custos como energia elétrica para captação de água e material para tratamento de água.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de abril de 2016.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 9** - Ativo fiscal diferido;
- Nota explicativa 11** - Imobilizado e intangíveis; e
- Nota explicativa 21** - Provisões para processos judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras conforme as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

a. Instrumentos financeiros: a.1 Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.2 Ativos financeiros registrados pelo valor justo através do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerenciar tais investimentos e tomar decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3 Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Ativos circulantes e não circulantes:
b. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas-correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes: As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede. Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado: d.1 Reconhecimento e mensuração: Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação com o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada deste ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido desta diferença diretamente no resultado do exercício.

d.2 Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseado na vida útil estimada dos itens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos intangíveis: Softwares: As licenças de programas de computador ("*softwares*") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização: Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

As taxas de amortização estimadas dos ativos intangíveis para os exercícios comparativos são:

	Vida útil média em anos	
	2015	2014
Sistemas de informação	5	5

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base o histórico de perdas que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos são considerados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O ativo fiscal diferido possui a seguinte composição:

	2015					2014
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total	
Provisão para devedores duvidosos	6.901	1.725	621	2.346	2.895	
Contingências cíveis	4.246	1.062	382	1.444	1.447	
Contingências trabalhistas	908	227	82	309	366	
Provisão de receitas/custos por competência	(8.212)	(2.053)	(739)	(2.792)	(2.728)	
Prejuízo fiscal	12.073	3.018	1.087	4.105	–	
Ativos fiscais diferidos	15.916	3.979	1.433	5.412	1.980	

O efeito do imposto diferido no resultado de 2015 é de R\$ 3.431 (R\$ 291 em 2014).

10. INVESTIMENTOS

Trata-se de bens que não se destinam à atividade fim da Companhia. Os imóveis foram construídos para abrigar as famílias que estavam em uma área onde foi construída a presa. O terreno para a construção foi doado pela Prefeitura municipal de Jundiáí (ver nota 19). O imóvel foi registrado pelo valor justo do terreno acrescido dos valores de custo da obra de construção.

	2015	2014
Imóveis	3.273	3.273
Obras de arte	32	32
	3.305	3.305

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

	Custo de aquisição	Depreciação/amortizaculada	Líquido	Líquido
Composição do imobilizado/intangível			2015	2014
Terrenos	28.316	–	28.316	27.364
Construções civis e benfeitorias	67.353	(28.309)	39.044	40.422
Sistema de abastecimento de água e esgoto	208.893	(61.855)	147.038	119.333
Máquinas e equipamentos	18.429	(12.235)	6.194	4.604
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.636	(3.128)	1.508	1.505
Veículos	5.936	(4.691)	1.245	1.508
Imobilizado em andamento	19.986	–	19.986	42.477
<i>Softwares</i>	1.860	(1.239)	621	396
	355.409	(111.457)	243.952	237.609

	Líquido Saldo inicial	Depreciação/amortização	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo final
Terrenos	27.364	–	344	–	608	28.316
Construções civis e benfeitorias	40.422	(2.647)	86	–	1.183	39.044
Sistema de abastecimento de água e esgoto	119.333	(4.321)	–	–	32.026	147.038
Máquinas e equipamentos	4.604	(568)	2.132	(5)	31	6.194
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	1.505	(528)	562	–	(31)	1.508
Veículos	1.508	320	–	(583)	–	1.245
Imobilizado em andamento	42.477	–	14.665	(3.339)	(33.817)	19.986
<i>Softwares</i>	396	(167)	392	–	–	621
	237.609	(7.911)	18.181	(3.927)	–	243.952

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2015 foi de R\$14.665 (R\$ 22.129 em 2014). Das obras em andamento, destacam-se: **a)** Extensão de interceptor de esgoto e rede de água no Bairro dos Fernandes e Rio Acima, R\$ 4.378 em 2015; **b)** Ampliação da barragem do Jundiáí Mirim, R\$ 1.023 em 2015; **c)** Sistemas de esgotamento sanitário diversos, R\$ 2.033 em 2015; **d)** Extensões e remanejamentos de redes e adutoras de água diversas, R\$ 4.270; e **e)** Reformas em casas de bomba, reservatórios e prédio administrativo, R\$ 1.506.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

Em 2015 a Companhia contratou empresa especializada para revisão da vida útil dos bens e passou a adotar as taxas de depreciação revisadas a partir de 01 de janeiro de 2015. Essa revisão de vida útil diminuiu o total das despesas de depreciação do exercício de 2015 em R\$ 4.261, quando comparado com as taxas anteriormente utilizadas. As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Taxas de depreciação	2015	2014
Construções civis e benfeitorias	2%	4%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8%
Móveis e utensílios	8 a 10%	10%
Equipamento de informática	33%	20%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	20%
Veículos especiais	10 a 25%	25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	25%
<i>Softwares</i>	20%	20%

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Passivo circulante	Passivo não circulante
Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	2015	2014
Contrato Cap Giro CEF	14,14%	2017	2.666	–
Contrato Giro Pré Itaú	23,40%	2017	2.906	–
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2016-2036	–	–
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.233	1.088
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	8,00%	2019	204	204
			7.009	1.292
			9.516	9.010

O cronograma de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2017	2018 a 2019	2020 a 2036
Contrato Cap Giro CEF	444	–	–
Contrato Giro Pré Itaú	245	–	–
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	29	–	–
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	1.202	2.404	4.805
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	202	185	–
Total	2.122	2.589	4.805

Financiamentos: Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados juntos a Caixa Econômica Federal, que possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

a. Inadimplimento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;

b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da Caixa Econômica Federal; e

c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos. Em 2014 foi firmado um contrato de financiamento através da Caixa Econômica Federal. Este financiamento é destinado à ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água do município de Jundiáí através da construção de cinco reservatórios e recuperação estrutural de mais um e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Saneamento para todos.

O montante a ser investido será R\$19.576 sendo R\$ 14.764 de recursos do financiamento e R\$ 4.811 da contrapartida sob responsabilidade da DAE. O prazo para desembolso é de 18 meses após o término do período de carência que ocorrerá em julho de 2016. O desembolso do financiamento será efetuado periodicamente pela Caixa e sua liberação fica condicionada à efetiva execução das respectivas etapas das obras.

13. FORNECEDORES

	2015	2014
Energia elétrica	1.331	1.294
Despesas administrativas	715	795
Benefícios a funcionários	661	530
Compras para estoques	657	275
Serviços - operação	488	534
Outros	201	395
	4.053	3.823

14. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiáí a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiáí, o contrato tem prazo de validade até 18/01/2026 e dentre as principais obrigações estão: a) Regulamentar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditagens, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	2015	2014
Companhia Saneamento de Jundiáí - CSJ	8.425	5.276
	8.425	5.276

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2015	2014
COFINS	572	961
Retenções sobre serviços de terceiros	422	294
PIS	124	209
IRPJ	–	525
CSLL	–	250
Outros	29	1
	1.147	2.240

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2015	2014
Provisões de férias	5.402	4.645
INSS a recolher	782	653
IRRF sobre salários a recolher	386	303
FGTS a recolher	254	206
Outros	99	51
	6.923	5.858

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiáí, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiáí. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiáí, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998, aplicando-se sobre o montante total o percentual de 4,8% a.a. nos dois primeiros anos e 11,3% a.a. nos oito anos restantes. O montante adiantado também é atualizado de acordo com o índice de reajuste de tarifa de água e esgoto, estabelecido pelo Município. Os valores representados em longo prazo referem-se as empresas credoras que não estão consumindo água tratada para poder a Companhia conceder o abatimento em suas contas, ou ainda por fazerem parte da massa falida.

	2015	2014
Passivo circulante	231	243
Passivo não circulante	6.500	6.500
	6.731	6.745

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015	2014
Adiantamentos de clientes (i)	2.524	2.354
Restituições a clientes	181	1
Indenizações por danos a pagar	32	18
	2.737	2.373

(i) Os Adiantamentos de clientes referem-se a valores pagos em duplicidades ou indevidamente por clientes ou ainda valores de depósitos em conta não identificados.

19. CRÉDITO VINCULADO - PARQUE DOS INGÁS

A Companhia recebeu da acionista controladora Prefeitura Municipal de Jundiáí, no exercício de 2008, terreno no valor justo de R\$ 1.147, que contabilizou, juntamente com o valor aplicado nas obras realizadas até o final do exercício, no grupo de Investimentos, no ativo não circulante, por não serem destinados à exploração da atividade operacional (nota 10). A contrapartida da conta de investimentos, somente no valor do terreno, corresponde à conta de reserva para aumento de capital, no patrimônio líquido. No exercício de 2009 o valor desse terreno foi transferido da conta do patrimônio líquido para o passivo não circulante, "Obrigações Parque dos Ingás", por haver cláusula de obrigação na escritura de doação. Não existe cláusula de atualização na escritura de doação (Lei Municipal nº 7.060 de 5 de junho de 2008) entre a DAE e Prefeitura Municipal de Jundiáí.

20. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

Os recursos no montante total de R\$ 1.406 (R\$ 1.934 em 2014) referem-se a recursos obtidos da FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos para a construção das obras Estação de Tratamento de Esgoto - São José no valor de R\$ 513 (R\$ 513 em 2014), e Estação de Tratamento de Esgoto - Fernandez no valor de R\$ 893 (R\$ 893 em 2014). Estes valores são alocados em passivo não-circulante por haver cláusula de obrigação nos contratos. Não existe cláusula de atualização para esses contratos.

Em 2015 houve o reconhecimento da receita e consequente baixa do passivo relativo aos recursos obtidos através do consórcio PCJ, pelo cumprimento de cláusula contratual que requeria a aprovação da execução do Interceptor para despoluição do Rio Capivari, no valor de R\$ 528 (nota 27).

21. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza fiscal, cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	Movimentação das provisões		
	Cíveis, Administrativas e Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.955	836	6.791
Constituição	417	259	676
Baixas/reversão	(425)	(188)	(613)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.947	907	6.854

	Movimentação dos depósitos judiciais		
	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.308	205	2.513
Constituição	973	137	1.110
Baixas/reversão	–	(60)	(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.281	282	3.563

O montante da provisão para contingências tributárias é constituído principalmente por um auto de infração referente a COFINS sobre receitas de tratamento de esgoto no ano de 2003, que soma R\$1.700. As contingências cíveis são constituídas por processos de ressarcimento de danos que somam R\$ 3.938.

Na opinião dos nossos assessores jurídicos a Companhia possui o montante de R\$ 2.720 (R\$ 4.642 em 2014), em processos cíveis e trabalhistas avaliados com risco de perda possível. Os processos relevantes nesta categoria se referem aos ressarcimentos por danos causados em imóveis, sendo que o valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.079. Os processos trabalhistas avaliados com risco de perda possível são pulverizados e somam R\$626. A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras.

As contingências ativas cíveis com possíveis recebimentos somam a quantia de R\$ 11.448 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 11.483 em 2014).

–* continuação

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

i. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas do Estado pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

j. Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Venda de serviços

As receitas relativas aos serviços de fornecimento de água e saneamento são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de utilização de água e um percentual desta tarifa correspondente aos serviços de saneamento. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita.

k. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*"). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Outros passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	1.158	796
Aplicações financeiras	509	8.933
	1.667	9.729

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Os valores de aplicação apresentados estão líquidos de IRRF, que é devido somente no resgate, mesmo que parcial, da aplicação financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS - CAUÇÕES DE FORNECEDORES

	2015	2014
Cauções de fornecedores	446	382
	446	382

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a valores de garantia de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Lei 8.666/93.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	2015	2014
Contas a receber de clientes	43.277	38.851
Renegociação de contas a receber	6.882	

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2015	2014
Receitas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	1.243	996
Despesas bancárias	501	402
Atualização monetária das obrigações	273	137
Outros	2	–
	2.019	1.535
Despesas financeiras		
Juros recebidos ou auferidos	(1.752)	(2.063)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(600)	(630)
Receitas de aplicações financeiras	(388)	(1.256)
Outras	(8)	(81)
	(2.748)	(4.030)
Resultado financeiro, líquido	729	2.495

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2015 e 2014:

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo do exercício antes dos impostos	(5.456)	(5.456)	10.587	10.587
Adições e exclusões ao lucro tributável (LAIR)	(6.617)	(6.617)	1.041	1.141
Base de cálculo/(Prejuízo fiscal)	(12.073)	(12.073)	11.628	11.728
Alíquota aplicável	–	–	25%	9%
			2.907	1.056
Crédito fiscal apurado				
Compensações (Lei Rouanet e Empresa Cidadã)	–	–	(10)	–
Total do imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	2.897	1.056
Total do imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	–	3.953

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/15	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	
Instrumentos financeiros passivos	16.525	Variação UPR/CDI	7,05	7,05	1.165	8,81	1.456	10,57	1.747

Risco de taxa de juros sobre financeiros - depreciação das taxas efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/14	Cenário Provável %	Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	
Instrumentos financeiros passivos	16.525	Variação UPR/CDI	6,18	6,18	1.021	4,64	767	3,09	511

Fonte:

UPR - Caixa Econômica Federal

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Dezembro de 2015			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.667	–	–	1.667
Investimentos financeiros	446	–	–	446
Contas a receber	–	36.050	–	36.050
Outros créditos	–	881	–	881
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	–	–	16.525	16.525
Fornecedores	–	–	4.053	4.053
Outros passivos	–	–	14.420	14.420
Outros passivos não circulantes	–	–	6.500	6.500
Total	2.113	36.930	41.498	80.541

	31 de Dezembro de 2014			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9.729	–	–	9.729
Investimentos financeiros	382	–	–	382
Contas a receber	–	30.791	–	30.791
Outros créditos	–	803	–	803
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	–	–	10.302	10.302
Fornecedores	–	–	3.823	3.823
Outros passivos	–	–	8.649	8.649
Outros passivos não circulantes	–	–	6.500	6.500
Total	10.111	31.594	29.274	70.979

DIRETORIA

JAMIL YATIM
Diretor Presidente

MAURÍCIO A. G. SANTOS PEREIRA
Diretor Superintendente/Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

DAE S.A. - Água e Esgoto
Jundiaí - SP

1. Examinamos as demonstrações financeiras da DAE S.A. - Água e Esgoto ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

6. Conforme demonstrado na nota explicativa 11, durante o exercício de 2015 a Administração revisou a vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, seguindo os requerimentos do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R1 - ativos intangíveis. Esta revisão de vida útil resultou no recálculo e revisão dos valores de depreciação e amortização, que foram ajustados retroativamente a partir de 01 de janeiro de 2015. No entanto, os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, até a conclusão de nossos trabalhos a Administração ainda não havia concluído a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizado e Intangíveis" para os exercícios de 2010 a 2014. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante no valor de R\$ 111.457 mil (R\$ 104.475 em 2014), e

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, líquido das perdas efetivas de R\$ 18.565, no valor de R\$ 42.950 em 2015 e R\$ 39.306 em 2014. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 6.901, representando 16,06% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2014, esta provisão era de R\$ 8.515, equivalentes a 21,06%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez: Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. A nota explicativa 12 apresenta o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, no caso os empréstimos e financiamentos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Foram apresentados ainda mais dois cenários com apreciação e deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Valores estimados de mercado: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrangem principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas. Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do último contrato de empréstimo firmado em 2015 com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 16.559 (R\$ 16.525 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de Dezembro de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.667	–	1.667
Instrumento financeiro	–	446	–	446
Total	–	2.113	–	2.113

	31 de Dezembro de 2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	–	9.729	–	9.729
Instrumento financeiro	–	382	–	382
Total	–	10.111	–	10.111

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário: Em 01 de janeiro de 2016 as tarifas de água e esgoto foram reajustadas em 14,68% em relação às tarifas praticadas em 2015, conforme Resolução ARES-PCJ nº 120 de 23 de dezembro de 2015 publicada em 30 de dezembro de 2015 e este aumento de tarifa tem impacto na receita líquida durante o exercício de 2016.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

LIDIANE CRISTINA PUPO SANTOS
Contadora - CRC 1SP243864/O-9

Campinas, 20 de abril de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0